



# Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

## Assistente Judiciário

Concurso Público 2013

## Prova Escrita Objetiva – Nível Médio

# Assistente Técnico Judiciário

### TIPO 2 – VERDE

#### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - esse caderno de prova contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se este caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas, você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  - marcar na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente depois de decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar a folha de respostas, será eliminado do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **11/06/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **12/06/2013** até as 23h59min do dia **13/06/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Língua Portuguesa

### Derrota da Censura

A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto que autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas pode ser um marco na história da liberdade de expressão no país.

Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias. O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura. Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas. É o império da chapa branca, cravado numa sociedade que caminha para o pluralismo, a transparência, a troca de opiniões.

O brasileiro vê estupefato uma biografia de Roberto Carlos sendo recolhida e queimada; biografias de Guimarães Rosa e Raul Seixas sendo proibidas de circular; inúmeros filmes vetados por famílias que se julgam no direito de determinar o que pode ou não pode ser dito sobre qualquer pessoa. Exatamente o que os generais acreditavam poder fazer em relação a jornais, rádios e televisão.

[...] O projeto aprovado na CCJ abre caminho para que a sociedade seja amplamente informada sobre seus homens públicos, seus políticos, seus artistas, não apenas através de denúncias, mas também de interpretações. O livro publicado sobre Roberto Carlos era laudatório; o mesmo acontecia com o documentário de Glauber Rocha, também proibido, sobre Di Cavalcanti.

[...] A alteração votada abre um leque extraordinário ao desenvolvimento da produção cultural neste país. Mais livros serão escritos, mais filmes serão realizados, mais trajetórias políticas e artísticas serão debatidas.

(Nelson Hoineff – *O Globo*, 11/04/2013)

#### 01

“A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto que autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas pode ser um marco na história da liberdade de expressão no país”.

Com relação ao primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa que indica o termo que exerce uma função diferente da dos demais.

- (A) da Câmara.
- (B) de imagens.
- (C) da liberdade.
- (D) de Constituição e Justiça.
- (E) da Comissão.

#### 02

Todo texto surge a partir de uma motivação qualquer.

Com relação ao texto acima, essa motivação foi

- (A) uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- (B) a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas.
- (C) o final definitivo da censura sobre biografias.
- (D) a possibilidade de lerem-se informações sobre pessoas públicas.
- (E) a vantagem de esclarecerem-se passagens obscuras de nossa história.

#### 03

“Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias. O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura. Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas. É o império da chapa branca, cravado numa sociedade que caminha para o pluralismo, a transparência, a troca de opiniões”.

O trecho sublinhado mostra

- (A) um ponto de vista apoiado pelo autor do texto.
- (B) um ponto de vista defendido pelo projeto que foi aprovado na CCJ.
- (C) um item já abandonado na lei antiga.
- (D) uma posição criticada pelo autor do texto.
- (E) um parecer dos países mais desenvolvidos.

#### 04

O último parágrafo do texto mostra

- (A) o progresso que foi desprezado pela nova lei.
- (B) as decorrências benéficas das ideias do novo projeto.
- (C) uma ironia sobre as boas novas que o país despreza.
- (D) um alerta sobre os prejuízos da censura.
- (E) um elogio às biografias e filmes já realizados.

#### 05

Antes do início da transcrição do quarto parágrafo do texto, há colchetes com alguns pontos em seu interior [...]. Esse sinal quer informar ao leitor que

- (A) parte do texto foi suprimida.
- (B) parte do texto original estava ilegível.
- (C) por alguma razão, parte do texto foi censurada.
- (D) o parágrafo seguinte foi anexado ao texto.
- (E) o parágrafo seguinte foi deslocado para o final do texto.

#### 06

Tendo em vista nossa realidade política e jurídica, podemos constatar que o título dado ao texto – *Derrota da Censura* – representa, do ponto de vista do autor,

- (A) uma crítica e um alerta.
- (B) um desejo e uma esperança.
- (C) uma opinião e uma certeza.
- (D) uma dúvida e uma vontade.
- (E) uma previsão e uma ironia.

#### 07

“O projeto aprovado na CCJ abre caminho para que a sociedade seja amplamente informada sobre seus homens públicos, seus políticos, seus artistas, não apenas através de denúncias, mas também de interpretações. O livro publicado sobre Roberto Carlos era laudatório; o mesmo acontecia com o documentário de Glauber Rocha, também proibido, sobre Di Cavalcanti”.

Assinale a alternativa em que o valor semântico do conector sublinhado está indicado de forma correta.

- (A) para que – direção.
- (B) sobre – lugar.
- (C) através de – meio.
- (D) mas também – oposição.
- (E) com – companhia.

**08**

"A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto que autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas pode ser um marco na história da liberdade de expressão no país".

Se compararmos os termos sublinhados, vemos que o primeiro tem seu significado esclarecido pelo texto (o projeto), enquanto o segundo tem seu significado esclarecido pela situação de produção do texto, ou seja, por sabermos que o artigo foi publicado no Brasil, inferimos que esse "país" referido é o Brasil.

O termo do segundo parágrafo que também tem seu significado esclarecido pela situação de produção do texto é:

- (A) "Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias".
- (B) "Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias".
- (C) "O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura".
- (D) "Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas".
- (E) "É o império da chapa branca, cravado numa sociedade que caminha para o pluralismo, a transparência, a troca de opiniões".

**09**

"Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias".

Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta do fragmento acima.

- (A) No que se refere à publicação ou filmagem de biografias, o cenário vem se tornando, a cada dia, mais obscuro.
- (B) O Brasil prefere manter o obscurantismo de certas biografias a fim de preservar os biografados.
- (C) Nosso país ainda está bastante atrasado no que diz respeito à filmagem ou publicação de biografias.
- (D) As leis brasileiras não permitem, ainda, que se publiquem biografias que não possam ser filmadas.
- (E) Pouco a pouco nosso país vem libertando-se do obscurantismo no que tange ao direito de informação.

**10**

A frase que exemplifica uma variação linguística diferente da dos demais segmentos destacados no texto é:

- (A) "A decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de aprovar em caráter conclusivo o projeto..."
- (B) "...que autoriza a divulgação de imagens, escritos e informações biográficas de pessoas públicas pode ser um marco na história da liberdade de expressão no país".
- (C) "Até agora, o Brasil vem caminhando no obscurantismo no tocante à publicação ou filmagem de biografias".
- (D) "O artigo 20 do Código Civil bate de frente com a Constituição, que veta a censura".
- (E) "Só informações avalizadas pelo biografado ou pela sua família podem ser mostradas".

**11**

"O brasileiro vê estupefato uma biografia de Roberto Carlos sendo recolhida e queimada".

Assinale a alternativa que mostra a correta relação entre as duas ações sublinhadas.

- (A) A primeira ação é causa da segunda.
- (B) A segunda ação é a justificativa da primeira.
- (C) As duas ações estão em sucessão temporal.
- (D) A segunda ação representa uma oposição em relação à primeira.
- (E) A segunda ação é uma conclusão da primeira.

**12**

"Exatamente o que os generais acreditavam poder fazer em relação a jornais, rádios e televisão"

A finalidade da comparação no segmento do texto é a de

- (A) recordar as grandes injustiças do regime militar.
- (B) comparar dois momentos diferentes de nossa história.
- (C) condenar a censura no regime militar.
- (D) elogiar certas medidas duras, mas indispensáveis.
- (E) criticar a posição de algumas famílias de biografados.

**13**

Ao dizer que o "livro proibido sobre Roberto Carlos era laudatório", o autor do texto quer dizer que esse livro

- (A) era imparcial na apresentação da biografia do cantor.
- (B) estava acumulado de denúncias contra o artista.
- (C) destacava somente fatos religiosos da vida de Roberto Carlos.
- (D) criticava de forma ofensiva alguns momentos da vida do biografado.
- (E) centralizava suas atenções em elogios ao artista.

**14**

"É o império da chapa branca, cravado numa sociedade que caminha para o pluralismo, a transparência, a troca de opiniões".

O "império da chapa branca" diz respeito

- (A) à corrupção.
- (B) aos privilégios.
- (C) à pureza.
- (D) ao militarismo.
- (E) à transparência.

**15**

"...biografias de Guimarães Rosa e Raul Seixas sendo proibidas de circular". Esse segmento do texto mostra uma ambiguidade.

Assinale a alternativa em que essa duplicidade de entendimento continua presente.

- (A) Uma biografia de Guimarães e outra de Raul Seixas sendo proibidas de circular.
- (B) Sendo proibidas de circular não só uma biografia de Guimarães Rosa mas também uma de Raul Seixas.
- (C) Sendo proibidas de circular biografias de Guimarães Rosa e biografias de Raul Seixas.
- (D) Sendo proibidas de circular as biografias de Guimarães Rosa e de Raul Seixas.
- (E) Uma biografia de Guimarães Rosa sendo proibida de circular, assim como uma biografia de Raul Seixas.

## Raciocínio Lógico-quantitativo

**16**

Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

- I. Alguns matemáticos são professores.
- II. Nenhum físico é matemático.

Então, é necessariamente verdade que

- (A) algum professor é físico.
- (B) nenhum professor é físico.
- (C) algum físico é professor.
- (D) algum professor não é físico.
- (E) nenhum físico é professor.

**17**

Em um fórum há 60 processos judiciais, sendo que o menor tem 30 páginas e o maior tem 42 páginas.

Considere que cada processo tenha um número inteiro de páginas. Sobre esses 60 processos judiciais, é obrigatoriamente verdadeiro que

- (A) o total de páginas é maior que 2400.
- (B) cada processo tem, em média, 36 páginas.
- (C) nenhum processo tem exatamente 36 páginas.
- (D) pelo menos um processo tem exatamente 36 páginas.
- (E) há pelo menos cinco processos com exatamente o mesmo número de páginas.

**18**

Dona Maria tem quatro filhos: Francisco, Paulo, Raimundo e Sebastião.

A esse respeito, sabe-se que

- I. Sebastião é mais velho que Raimundo.
- II. Francisco é mais novo que Paulo.
- III. Paulo é mais velho que Raimundo.

Assim, é obrigatoriamente verdadeiro que

- (A) Paulo é o mais velho.
- (B) Raimundo é o mais novo.
- (C) Francisco é o mais novo.
- (D) Raimundo não é o mais novo.
- (E) Sebastião não é o mais novo.

**19**

Ana deseja formar uma senha de cinco caracteres usando as três letras de seu nome e os dois algarismos da dezena do ano de seu nascimento, 1994. Ela decidiu que manterá a ordem das letras de seu nome, ANA, bem como a ordem dos dois algarismos, 94, mas não manterá, necessariamente, as três letras juntas e os dois algarismos juntos. Além disso, decidiu que a senha começará por uma letra.

Assim, por exemplo, AN94A é uma possível senha para Ana.

Assinale a alternativa que indica a quantidade de escolhas que Ana tem para a sua senha, de acordo com os critérios que ela estabeleceu.

- (A) 6
- (B) 7
- (C) 8
- (D) 9
- (E) 10

**20**

Abel, Bruno, Carlos, Diogo, Elias e Fernando estão, respectivamente, sobre os vértices A, B, C, D, E e F de um hexágono regular, dispostos nessa ordem e no sentido horário.

Sejam  $a, b, c, d$  e  $e$  as distâncias de Fernando, respectivamente, a Abel, Bruno, Carlos, Diogo e Elias, então é correto afirmar que

- (A)  $a = b = c = d = e$
- (B)  $a < b < c < d < e = 2a$
- (C)  $a = e < b = d < c = 2a$
- (D)  $a = b < d = e < c = 2a$
- (E)  $a = c < b = d < e = 2a$

**21**

Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

- I. Se André não é americano, então Bruno é francês.
- II. Se André é americano então Carlos não é inglês.
- III. Se Bruno não é francês então Carlos é inglês.

Logo, tem-se obrigatoriamente que

- (A) Bruno é francês.
- (B) André é americano.
- (C) Bruno não é francês.
- (D) Carlos é inglês.
- (E) André não é americano.

**22**

A respeito de um conjunto de cem processos judiciais, sabe-se que

- I. pelo menos um deles é de 2º grau;
- II. entre quaisquer quatro desses processos, pelo menos um é de 1º grau.

Sobre esse conjunto de processos judiciais tem-se que

- (A) exatamente setenta e cinco são de 1º grau.
- (B) no máximo noventa e sete são de 2º grau.
- (C) no mínimo noventa e sete são de 1º grau.
- (D) no máximo vinte e cinco são de 2º grau.
- (E) no máximo setenta e cinco são de 1º grau.

**23**

Em um determinado fórum, dezessete processos foram analisados em uma semana, de 2ª feira a 6ª feira.

Assim, é necessariamente verdade que

- (A) em algum dia da semana foram analisados quatro ou mais processos.
- (B) em cada dia da semana foi analisado pelo menos um processo.
- (C) em cada dia da semana foram analisados pelo menos dois processos.
- (D) em nenhum dia da semana foram analisados mais de dez processos.
- (E) em algum dia da semana não foi analisado processo algum.

**24**

Considere que, para se deslocar no espaço bidimensional, uma partícula só possa fazer movimentos nos sentidos norte (N), sul (S), leste (L), oeste (O) e que, cada deslocamento corresponda a uma unidade de comprimento.

Suponha que, partindo de um ponto A, uma partícula tenha se deslocado até um ponto B percorrendo a trajetória N N L N L L N N O S O N .

Outra trajetória que essa partícula poderia percorrer para se deslocar do ponto A até o ponto B é

- (A) L L S S N N N N N N O
- (B) S L N L S S O O S O S S
- (C) N N L N N L N N L S O
- (D) N L L N N N N O
- (E) L L N N N N N L

25

Se não é verdade que “Todos assistentes judiciários de determinado fórum são formados em advocacia”, então é necessariamente verdade que

- (A) nenhum assistente judiciário desse fórum é formado em advocacia.
- (B) todos assistentes judiciários desse fórum não são formados em advocacia.
- (C) ninguém formado em advocacia é assistente judiciário desse fórum.
- (D) alguém formado em advocacia é assistente judiciário desse fórum.
- (E) algum assistente judiciário desse fórum não é formado em advocacia.

## Noções de Informática

26

No uso dos recursos do Word 2010 BR para Windows, para fins de correção no texto, visando substituir uma palavra por outra, particularmente no caso de mais de uma ocorrência da palavra incorreta, é comum o uso de um atalho de teclado para abrir a janela representada a seguir.



O atalho de teclado para essa função é

- (A) Ctrl + R
- (B) Ctrl + S
- (C) Ctrl + U
- (D) Ctrl + F5
- (E) Ctrl + F6

27

Atualmente é comum o uso de CD-R de 80 minutos na realização de *backup*, tendo em vista o baixo custo da mídia e a facilidade de manuseio. Esse dispositivo oferece a seguinte capacidade máxima de armazenamento:

- (A) 1,2 MBytes.
- (B) 4,7 GBytes.
- (C) 2 TBytes.
- (D) 500 GBytes.
- (E) 700 MBytes

28

Atualmente, a *mouse* constitui um dos principais dispositivos utilizados na operação de microcomputadores. Na ligação do *mouse* com fio aos microcomputadores, *notebooks* e *netbooks*, têm sido empregados os seguintes tipos de conexão:

- (A) PS/2 ou USB.
- (B) USB ou RJ11.
- (C) RJ11 ou SMA.
- (D) SMA ou RJ45.
- (E) RJ45 ou PS/2.

29

No Windows Explorer, o arquivo Parecer\_150313.doc está armazenado na pasta DOCS. Para alterar seu nome, ele deve ser selecionado, deve ser executado um atalho de teclado e, para concluir, deve ser digitado o novo nome na seleção.

Esse atalho de teclado é

- (A) Ctrl + F2
- (B) Alt + F2
- (C) F2
- (D) Del + F2
- (E) Shift + F2

30

No Word 2010 BR para Windows, a execução do atalho de teclado Ctrl + P tem por objetivo

- (A) imprimir texto.
- (B) inserir número de página.
- (C) salvar texto em um arquivo.
- (D) alterar fonte aplicado ao texto.
- (E) aplicar recurso capitular em um parágrafo.

## Legislação Institucional

31

As Comarcas Judiciárias do Estado do Amazonas são classificadas em duas entrâncias, denominadas

- (A) Comum e Especial.
- (B) Primária e Secundária.
- (C) Inicial e Final.
- (D) Inicial e Especial.
- (E) Comum e Final.

32

A Lei n. 1.762/86 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas – prevê diversas espécies de licença que podem ser concedidas aos servidores.

As alternativas a seguir apresentam espécie de licença que consta expressamente da referida lei, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Licença para tratamento de interesse particular.
- (B) Licença para cumprimento de pena criminal superior a quatro anos.
- (C) Licença para tratamento de saúde.
- (D) Licença à gestante.
- (E) Licença por motivo de doença em pessoa da família.

33

A Lei n. 3.226/08 expressa os princípios norteadores que orientam sua formulação e interpretação.

São esses princípios previstos no referido diploma:

- I. valorização do servidor da justiça por meio do programa de aperfeiçoamento profissional.
- II. crescimento funcional baseado exclusivamente no decurso do tempo de serviço.
- III. vencimentos compatíveis com as peculiaridades pessoais dos servidores, a despeito das funções que ocupem.

Assinale:

- (A) se somente o princípio I estiver correto.
- (B) se somente o princípio III estiver correto.
- (C) se somente os princípios I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os princípios II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os princípios estiverem corretos.

**34**

A Lei n. 1.762/86 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas – tem um capítulo dedicado ao processo disciplinar.

A esse respeito, é correto afirmar que o inquérito administrativo será conduzido por uma Comissão, permanente ou especial, composta por

- (A) três funcionários estáveis, dos quais um, no mínimo, será Bacharel em Direito.
- (B) cinco funcionários estáveis, dos quais um, no mínimo, será Bacharel em Direito.
- (C) três funcionários estáveis, dos quais dois, no mínimo, serão Bacharéis em Direito.
- (D) sete funcionários estáveis, dos quais dois, no mínimo, serão Bacharéis em Direito.
- (E) cinco funcionários estáveis, dos quais dois, no mínimo, serão Bacharéis em Direito.

**35**

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas prevê, quanto aos períodos de afastamento do funcionário, que será considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I. Licença, inclusive a que determinar a perda do vencimento.
- II. Trânsito em decorrência de mudança da sede de exercício, até trinta dias.
- III. Competições esportivas, em que represente o Brasil ou o Estado do Amazonas.
- IV. Prestação de concurso público.
- V. Casamento, até oito dias.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.

**36**

Acerca da estrutura do Plano de Cargos, Carreira e Salários, prevista na Lei Estadual n. 3.226/08, o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Amazonas é constituído de

- I. Cargos de provimento efetivo, estruturados em grupos organizacionais.
- II. Cargos de provimento em comissão, reunindo os cargos comissionados.
- III. Cargos em extinção, compreendendo os cargos de qualquer natureza, sem correspondência no novo quadro, que serão extintos à medida que vagarem.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente o item III estiver correto.
- (D) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**37**

Uma das medidas moralizadoras do Poder Judiciário é a vedação ao nepotismo. De acordo com a Lei Estadual n. 3.226/08, leia o fragmento a seguir.

*É permitida a nomeação ou \_\_\_\_\_ para o exercício do cargo em \_\_\_\_\_ ou função de confiança, no âmbito do quadro de pessoal administrativo dos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, de parentes de membros da magistratura até o \_\_\_\_\_, consanguíneos, parentes de servidores ocupantes de cargo comissionado ou afins, somente quando for servidor \_\_\_\_\_ e preencher os requisitos de escolaridade.*

Assinale alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) provimento – comissão – 1º grau – estatutário
- (B) posse – comissão – 3º grau – efetivo
- (C) posse – comissão – 2º grau – comissionado
- (D) designação – comissão – 3º grau – efetivo
- (E) designação – provimento – 2º grau – estatutário

**38**

Segundo a LC n. 17/97, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas terá os seguintes órgãos auxiliares de direção e gerenciamento:

- I. Secretaria do Tribunal Pleno;
- II. Secretaria de Infraestrutura;
- III. Secretaria de Planejamento e Gestão;
- IV. Secretaria de Informatização;
- V. Secretaria Judiciária.

Assinale:

- (A) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- (B) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II, III e V estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e V estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**39**

Com base na LC n. 17/97, o Serviço de Distribuição do Fórum Judicial da Comarca de Manaus terá as seguintes seções especializadas:

- (A) uma para os feitos cíveis, uma para os feitos de natureza penal, e uma para os feitos de competência das Varas de Família.
- (B) uma para os feitos cíveis, uma para os feitos de natureza penal, e uma para as execuções fiscais e ações delas decorrentes.
- (C) uma para os feitos cíveis, uma para os feitos de natureza penal, e uma para os feitos empresariais.
- (D) uma para os feitos de natureza penal, uma para os feitos de competência das Varas de Família, e uma para as execuções fiscais e ações delas decorrentes.
- (E) uma para os feitos de natureza penal, uma para os feitos empresariais, e uma para os feitos de competência das Varas de Família.

**40**

Segundo a LC n. 17/97, durante as correições, ao Corregedor compete

- (A) sindicat se os Juizes e Serventuários de Justiça têm residência nos lugares onde servem e se cumprem, com exatidão seus deveres.
- (B) expedir certidões extraídas de autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda.
- (C) expedir mandados, ofícios, cartas precatórias, cartas rogatórias e outros expedientes determinados pelo Juiz da Vara.
- (D) encaminhar autos à Contadoria.
- (E) encaminhar os autos para baixa na distribuição e arquivo, quando determinado pelo Juiz.

## Conhecimentos Específicos

### Noções de Direito Constitucional

**41**

Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o Art. 7º da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.

- I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.
- II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**42**

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece as condições para que um cidadão possa se candidatar em uma eleição, sendo certo que a não observância de quaisquer delas é causa de impedimento para a candidatura.

Um dos requisitos dispostos é a idade mínima para o exercício de determinados cargos políticos.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição exige a idade mínima de 18 anos para Deputado Federal.
- (B) A Constituição exige a idade mínima de 25 anos para Prefeito.
- (C) A Constituição exige a idade mínima de 30 anos para Deputado Estadual.
- (D) A Constituição exige a idade mínima de 18 anos para vereador.
- (E) A Constituição exige a idade mínima de 30 anos para Senador.

**43**

Fulano de Tal, cidadão brasileiro, integrante de uma Associação de Moradores de Bairro, tomou conhecimento de que o Prefeito de sua cidade fraudou documentos e, dessa forma, permitiu a construção de edifícios comerciais em um parque estadual.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Fulano de Tal deve impetrar mandado de segurança individual para anulação do ato lesivo.
- (B) A Associação de Moradores deve impetrar mandado de segurança coletivo para anulação do ato lesivo.
- (C) Fulano de Tal deve ajuizar ação popular para anulação do ato lesivo.
- (D) Como as obras ainda não foram iniciadas, não existe lesão ao patrimônio público, a ser amparada por ação individual ou coletiva.
- (E) A Associação de Moradores deve ajuizar ação popular coletiva para anulação do ato lesivo.

**44**

A Constituição da República estabelece direitos e garantias aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, estendendo-lhes, ainda, alguns daqueles direitos aplicáveis aos trabalhadores da iniciativa privada, previstos no Art. 7º da Constituição.

As alternativas a seguir apresentam direitos sociais trabalhistas conferidos aos servidores públicos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Irredutibilidade do salário.
- (B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (C) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (D) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (E) Décimo terceiro salário.

**45**

Os artigos 1º e 3º da Constituição estabelecem os fundamentos e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Assinale a alternativa que contempla, exclusivamente, previsões constantes naqueles dispositivos.

- (A) Soberania, planificação econômica, cidadania, garantir o desenvolvimento nacional e construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Dignidade da pessoa humana, cidadania, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Pluralismo político, soberania, participação do Estado no desenvolvimento econômico e concessão de asilo político.
- (D) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político e defesa intransigente do livre-mercado.
- (E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, dignidade da pessoa humana e progressiva adoção do socialismo de mercado.

**46**

Quanto à organização político-administrativa do Brasil, com base na Constituição Federal/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros.
- (B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do Presidente da República, por Decreto.
- (C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, mediante aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.
- (D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (E) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Países, bastando a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito.



## Noções de Direito Administrativo

47

A Administração Pública organiza-se por meio da distribuição de suas atribuições entre pessoas jurídicas e órgãos que integram essas pessoas jurídicas. Sobre os órgãos da Administração Pública no direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os órgãos independentes encontram-se sujeitos a subordinação hierárquica.
- II. Os órgãos superiores não estão sujeitos a hierarquia.
- III. Os órgãos singulares possuem um único agente.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

48

A gestão da coisa pública, em razão de atender ao interesse de toda sociedade, deve ser objeto de constante fiscalização.

Tendo por base a temática do controle sobre a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os responsáveis pelo controle interno devem comunicar irregularidades ao Tribunal de Contas sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) O controle sobre a Administração Pública será interno e externo, uma vez que na Constituição não há previsão de instrumentos de controle popular.
- (C) O controle sobre a administração é essencialmente corretivo, não havendo controle prévio ou concomitante.
- (D) O controle sobre a administração inclui a análise da conveniência e oportunidade de seus atos por parte do poder judiciário.
- (E) O Poder Legislativo não realiza controle sobre a Administração Pública em razão da separação de poderes.

49

A Administração Pública, diante de um ato administrativo editado por uma autoridade incompetente, anula o referido ato, sem antes acessar o Poder Judiciário.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que apresenta o princípio em que a Administração Pública se baseou.

- (A) Princípio da supremacia do interesse público.
- (B) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) Princípio da segurança jurídica.
- (D) Princípio da eficiência.
- (E) Princípio da autotutela.

50

O ato administrativo reveste-se de vários atributos, que os diferencia dos demais atos da administração.

Assinale a alternativa que indica a descrição correta de um atributo do ato administrativo.

- (A) *Imperatividade* – permite à Administração Pública executar o ato administrativo sem acessar o Poder Judiciário.
- (B) *Tipicidade* – indica que esse ato encontra-se previsto em lei.
- (C) *Presunção de legalidade e veracidade* – tem presunção de absoluta de que o ato administrativo encontra-se de acordo com a lei.
- (D) *Autoexecutoriedade* – consiste na presunção de que o ato administrativo é verdadeiro.
- (E) *Coercibilidade* – indica que o ato administrativo é previsto em lei.

51

João, servidor de uma concessionária de serviço público de transporte, em um dia de fúria agrediu fisicamente um usuário do serviço sem ter sido injustamente provocado. No caso, ficou comprovada a agressão dolosa do funcionário e o usuário, além da vergonha de ser agredido em público, desembolsou recursos próprios com o tratamento de suas lesões.

Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessionária deverá arcar com a indenização e não poderá buscar o ressarcimento junto ao funcionário.
- (B) Apenas o funcionário poderá ser responsabilizado.
- (C) A concessionária irá responder e poderá ser ressarcida pelo servidor.
- (D) A indenização deverá ser paga pela concessionária e pelo servidor na proporção de 50% para cada um.
- (E) No caso, quem responde sempre é o Estado, pois é o responsável último pelo serviço.

52

A concessão de serviços públicos é uma espécie de contrato administrativo e, como todo contrato, vários fatores podem levar à extinção da concessão.

Sobre as formas de extinção da concessão de um serviço público no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A caducidade que ocorre com o transcurso do tempo poderá levar à extinção da concessão.
- (B) A encampação é uma das modalidades de extinção da concessão e ocorre por razões de interesse público.
- (C) A encampação é a extinção da concessão pelo transcurso do tempo do contrato.
- (D) A caducidade implica na retomada do serviço por razões de interesse público, segundo análise discricionária da administração pública.
- (E) A extinção da concessão de serviço público ocorre apenas pelo transcurso do tempo.

## Noções de Direito Civil

53

A respeito das pessoas jurídicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- II. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno.
- III. As sociedades de fato e o espólio são pessoas jurídicas de direito público interno.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

54

A respeito da *prescrição* e da *decadência*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prescrição poderá ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (B) A prescrição corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (C) As partes podem promover a alteração dos prazos de prescrição.
- (D) O Juiz somente pode conhecer de ofício a decadência convencional.
- (E) A decadência corre contra os absolutamente incapazes.

55

Considerando a disciplina dos *direitos da personalidade*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- II. O ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, pode ser revogado a qualquer tempo.
- III. Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

56

A respeito da *desconsideração da personalidade jurídica*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A desconsideração da personalidade jurídica importará na extinção da pessoa jurídica.
- (B) O Ministério Público está legitimado a requerer a desconsideração da personalidade, quando lhe couber intervir no processo.
- (C) O desvio de finalidade é a única causa de desconsideração da personalidade.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica importa na extensão dos efeitos de todas as relações obrigacionais aos bens particulares dos administradores da pessoa jurídica.
- (E) A parte somente poderá requerer a desconsideração da personalidade se ocorrer confusão patrimonial.

## Noções de Direito Processual Civil

57

A respeito da comunicação dos atos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos mandados que o Oficial de Justiça tiver que cumprir é facultativa a cópia do despacho, ao contrário da informação quanto ao prazo de defesa, indispensável sob pena de nulidade do ato.
- (B) Nos processos de execução, a citação, tal como ocorre nos processos de conhecimento, será efetuada pelo correio para qualquer comarca do país.
- (C) O Oficial de Justiça poderá efetuar citações e intimações em qualquer das comarcas que se situem na mesma região metropolitana.
- (D) A citação do réu é indispensável para a validade do processo, cuja falta não pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu, devendo o ato ser renovado.
- (E) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência, constitui o devedor em mora e interrompe a prescrição, salvo se realizada por juiz incompetente.

58

O texto a seguir foi extraído de acórdão prolatado por uma das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Amazonas em setembro de 2012, no qual algumas informações foram substituídas por elementos fictícios a fim de não ser possível a identificação da demanda. Analise-o.

### RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta por X e Y, contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 200ª Vara de Família, que julgou procedente o pedido de exoneração de alimentos formulado por Z. O recurso acostado às fls. 00/00, ataca essencialmente a nulidade da sentença por ausência de citação.

O autor da demanda, ora apelado, requer às fls. 00, a exoneração da obrigação alimentar. Adiante, deu-se vista dos autos ao Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, que se manifestou nos termos do parecer de fls. 00/00, opinando pelo conhecimento e provimento do presente recurso tendo em vista a falta de citação dos recorrentes.

É o relatório.

Partindo do objeto da causa tratado na decisão indicada e da falta de citação no processo, é correto afirmar que

- (A) implica na extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual.
- (B) implica na extinção do processo, com resolução do mérito, por carência da ação.
- (C) pode ser suprida, depois da sentença, sem ferir o contraditório e a ampla defesa, à luz do princípio da economia processual.
- (D) não implica em violação do princípio do devido processo legal, se a sentença for reformada beneficiando o réu.
- (E) fere pressuposto processual e viola o princípio da ampla defesa, devendo ser arguida pela parte interessada e não podendo ser conhecida de ofício.

**59**

Os atos e termos do processo devem ser datilografados ou escritos com tinta escura e indelével, assinados pelas pessoas que neles intervierem, salvo se não puderem ou quiserem assinar, casos em que o escrivão certificará a ocorrência nos próprios autos.

A respeito dos atos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A estenotipia constitui método idôneo e pode ser utilizada em qualquer juízo ou tribunal.
- II. Nos atos e termos não se admitem emendas ou rasuras, admitindo-se, entretanto, o uso de abreviaturas.
- III. Os atos meramente ordinatórios independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**60**

Tomás ajuizou determinada ação em face de Onofre.

No prazo de defesa do réu, Onofre arguiu lacuna na lei invocada por Tomás e afirmou que isso deveria beneficiá-lo, gerando a imediata extinção do processo, sem resolução do mérito.

Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao réu assiste razão e, havendo lacuna na lei que trata do pedido de Tomás, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- (B) As partes, havendo lacuna na lei e sendo certa a extinção do processo sem resolução do mérito, podem fazer acordo e requerer que o Juiz o homologue por sentença.
- (C) O Juiz, no caso de lacuna no texto de lei, deve extinguir o processo *in limine litis*, não sendo possível a homologação de qualquer acordo em juízo.
- (D) O processo deve ser suspenso até que haja correção da lei na qual se fundamenta o objeto da causa, respeitado o prazo decadencial, após o qual o processo deve ser extinto e arquivado em definitivo.
- (E) O Juiz terá que sentenciar mesmo que, de fato, haja lacuna na lei e, neste caso, valer-se-á de outras fontes do direito processual como os princípios e costumes.

Realização

